



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **8 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 8 de agosto de 2011

JORNAL DO COMMERCIO Lobby para esmagar concorrência 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Mercado de câmbio no Brasil - mitos e mistérios :: Roberto Giannetti da Fonseca 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Economista vê 'exaustão fiscal global' na crise..... 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA SENADO Subcomissão debate desenvolvimento das áreas de fronteira 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA SENADO Zona Franca vai receber incentivos para produção de bens de informática 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	
JORNAL DO COMMERCIO-RJ O mago do milagre brasileiro critica juros altos 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	
REVISTA ISTO É Aprovado 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Lupi vai apresentar no Senado programas do ministério para 2012 e 2013 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO JORNAL DO COMMERCIO	EDITORIA	
	TÍTULO Lobby para esmagar concorrência		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Seis montadoras multinacionais chinesas, americanas e coreanas de ar-condicionado (Eletrólux, Consul, Samsung, Gree, Spring e LG), já beneficiadas por isenções na **Zona Franca** de **Manaus**, fazem lobby na Câmara de **Comércio Exterior** (Camex), do **Ministério** do **desenvolvimento**, para aumentar de 60% para 110% a taxa de **importação** para

concorrentes de outros Estados, que **importam** ou fabricam o mesmo produto. A medida os esmagaria. Se tiver êxito, o lobby pode extinguir vinte empresas e mais de 3 mil empregos. Nas seis multinacionais trabalham 2 mil pessoas. A coreana LG, muito confiante no lobby na Camex, pagou R\$ 1 milhão por uma palestra do ex-presidente Lula

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Mercado de câmbio no Brasil - mitos e mistérios :: Roberto Giannetti da Fonseca		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Mercado de câmbio no Brasil - mitos e mistérios :: Roberto Giannetti da Fonseca

Muito se tem dito e escrito nas últimas semanas sobre a questão da apreciação cambial no Brasil, em especial sobre as medidas adotadas pelo **Governo Federal** no dia 27 de julho com respeito ao **mercado** de derivativos cambiais.

Primeiramente, gostaria de argumentar contra o grave equívoco da utilização do câmbio valorizado como instrumento de combate à inflação. Trata-se de mecanismo claramente ineficaz, pois não atinge o cerne da pressão inflacionária, que reside nos inúmeros preços ainda indexados e nos preços do setor de serviços (alta de 8,75% nos últimos 12 meses). As medidas mais eficazes seriam as macroprudenciais, de contenção do crédito, de redução do gasto público, entre outras. Questionaria, também, a esta altura, a eficácia da taxa Selic no controle do nível de demanda agregada. Tal hipótese, no caso da economia brasileira, exigiria uma análise mais apurada dos mecanismos de transmissão da política monetária aqui aplicada. Mas isso seria tema para outro artigo.

Alguns economistas questionam a relevância do **mercado** de derivativos na formação da taxa de câmbio no Brasil. Eu aprendi nos anos 70, como estudante de Economia, que a taxa de câmbio se forma principalmente no **mercado** à vista de um determinado país, por meio dos fluxos constituídos da oferta e da demanda dos pagamentos de **exportações** e **importações** de bens e serviços, operações de turismo, royalties, financiamentos, juros, dividendos, além dos fluxos de capital de investimento.

Hoje em dia, no Brasil, esse conceito está absolutamente superado. Com a globalização financeira, combinada com a liquidez internacional e a desregulamentação dos **mercados** financeiros, o **mercado** futuro de derivativos se agigantou de tal forma que passou a ser a força dominante na formação da taxa de câmbio. Uma característica singular do **mercado** cambial brasileiro é a expressiva diferença entre os valores transacionados nos **mercados** de câmbio à vista e de câmbio futuro - em média, nos últimos três anos, no Brasil, o **mercado** futuro de câmbio superou em mais de quatro vezes as operações do **mercado** à vista. Nas principais economias do

mundo, segundo o Banco de Compensações Internacionais (BIS), as transações no **mercado** à vista superam amplamente as do **mercado** futuro.

Tal fenômeno no **Brasil** se explica pela alta lucratividade e o baixo risco relativo que a operação denominada carry trade oferece a seus investidores, na qual eles assumem uma posição ativa numa moeda cujos juros estão elevados (moeda de investimento) e uma posição passiva numa moeda cujos juros estão baixos (moeda de financiamento). Se a moeda de investimento se desvalorizar em relação à moeda de financiamento, em montante superior ao diferencial dos juros, isso resultaria em prejuízo para eles. Caso ela se valorize, aumentaria ainda mais seu ganho. No caso do Brasil, há pelo menos duas formas para um investidor estrangeiro realizar operações de carry trade com posição ativa em reais: por meio da aquisição de ativos de renda fixa no **mercado** de capitais, na qual o IOF é um mecanismo efetivo de desestímulo; ou por meio de operações de derivativos no **mercado** futuro, onde as múltiplas alternativas de estruturação tornam difícil o controle dessas operações por meio de mera tributação. Mas aumentar o risco e o controle dessas operações, mesmo que vulneráveis a prováveis burlas, vai afugentar muitos especuladores covardes.

Enganam-se aqueles que acreditam que as operações de hedge cambial predominam nesse **mercado** futuro de derivativos aqui, no Brasil. Prevalecem, isso sim, as operações de carry trade, ou seja, arbitragem de juros internos e externos vinculada à especulação cambial. Nessas operações, o investidor precisa depositar apenas uma margem de garantia de cerca de 10% do valor do limite operacional, podendo gerar múltiplas vezes uma posição de compra ou de venda de **dólares** no **mercado** futuro.

Outros afirmam, assustados, que as operações de câmbio futuro da BM&F vão migrar para o exterior. Ora, não sendo o real uma moeda conversível e de curso internacional, é muito improvável que existam pontas vendedoras e compradoras de real em Chicago, Londres ou Nova York. Sem uma das duas pontas não há **mercado**, pura e simplesmente. Esse argumento, portanto, é falso, mas mesmo assim cabe indagar o que seria pior para o Brasil: a migração do **mercado** futuro de câmbio da BM&F ou de grande parte da

sua indústria de transformação? Efeitos colaterais indesejáveis certamente existirão, mas entendemos que o Conselho Monetário Nacional poderá realizar ajustes em breve, sem com isso abrir a guarda para os especuladores de plantão.

Acredito com convicção que, desta vez, o **Governo Federal** finalmente acertou no alvo certo. Tanto que os especuladores sentiram o golpe e estão reagindo pela mídia por meio de seus porta-vozes. É preciso resistir a críticas

infundadas com a determinação de quem deseja o melhor desempenho para a economia brasileira.

ECONOMISTA E EMPRESÁRIO, PRESIDENTE DA KADUNA CONSULTORIA, É DIRETOR TITULAR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E **COMÉRCIO** EXTERIOR DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO Economista vê 'exaustão fiscal global' na crise	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O economista Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central, afirma que existe uma "exaustão fiscal global" em razão dos "déficits e dívidas enormes".

Em entrevista a Eleonora de Lucena, disse que o Brasil deve ficar "quieto e prudente, pois nossos números fiscais não estão muito diferentes daqueles dos países com problemas"

Exaustão fiscal global está na origem de turbulência

ENTREVISTA DA 2ª GUSTAVO FRANCO

EX-PRESIDENTE DO BC AFIRMA QUE Brasil DEVE SER "PRUDENTE", PORQUE NÃO TEM SITUAÇÃO TÃO DIFERENTE DE PAÍSES COM PROBLEMAS

ELEONORA DE LUCENA

DE SÃO PAULO

"Teremos uma marcha lenta no Primeiro Mundo em razão da necessidade de corrigir os excessos fiscais. Não há espaço para políticas keynesianas de gasto nem para redução dos juros." A avaliação é de Gustavo Franco, 55, ex-presidente do Banco Central (governo FHC), para quem a crise pode significar "o fim de uma era de keynesianismo fácil".

Sócio-fundador da Rio Bravo Investimentos, Franco vê uma "exaustão fiscal global" e advoga a redução dos gastos públicos. "Não vejo bolha nenhuma, muito menos fracasso neoliberal", diz.

Folha - Qual o impacto da decisão da Standard & Poor's de rebaixar os EUA?

Gustavo Franco - No primeiro momento é simbólico, pois os EUA continuam AAA em duas outras agências. As determinações estatutárias de fundos de pensão e dos bancos centrais geralmente falam de grau máximo em duas agências. Acho que é um belo "wake up call" [chamada para despertar], pois fica claro que a disciplina que se exige de todos num mundo interconectado também deve ser praticada e cobrada na potência central.

Por que as Bolsas caíram? É, de fato, por causa de temores de recessão ou há outros ingredientes?

Sim, há temores quanto à recessão, sobretudo no hemisfério Norte, mas o que torna as coisas mais preocupantes

é a situação fiscal no Primeiro Mundo, onde as dívidas dos governos chegaram a patamares tão altos que a sensação é a de que se esgotou a capacidade desses países fazerem políticas fiscais expansionistas.

Os governos devem colocar mais dinheiro no mercado financeiro? Haverá nova socialização das perdas?

Não é a situação de 2008, não há bancos a salvar. Ao menos por ora, nunca se sabe. A natureza do problema é outra: os países se engasgaram com tanta "socialização das perdas" por cima de "socializações de ganhos" e conquistas sociais e excessos de gasto público em geral.

Se as agências de risco erraram de forma tão dramática em 2008 (não prevendo o colapso do Lehman; qualificando os bancos da Islândia como AAA) e também agora nos cálculos do rebaixamento dos EUA, por que elas seguem tão importantes? Elas vão ser "rebaixadas" por governos e outras instituições?

Essa é uma boa pergunta. Em boa medida, na segunda-feira [hoje] os mercados estarão se perguntando se a Standard & Poor's está com essa bola toda.

Normalmente as agências reagem defasadamente ao que todo mundo já sabe, padrão que se repete dessa vez. E erram o tempo inteiro, sim e, em muitos casos, no contexto de conflitos de interesse. O Tesouro Americano contesta os cálculos da S&P. Uma das revelações desta segunda vai ser a importância que os mercados atribuem às agências de risco.

Se os títulos dos EUA estão com pior avaliação, qual a opção? Títulos alemães?

Títulos dos EUA.

Estamos entrando num período de recessão mais longo e profundo?

Recessão é uma palavra forte, não é bem isso. Cresce a consciência de que teremos uma marcha lenta no Primeiro Mundo em razão da necessidade de corrigir os excessos fiscais. Não há espaço para políticas keynesianas de gasto nem para redução dos juros, que já estão no chão. De onde vai vir o crescimento?

De onde? O capitalismo não consegue mais fazer crescimento?

Seria errado pensar assim, a julgar pelos quatro séculos de bons serviços que o capitalismo tem com este planeta, e também porque não há alternativa. O desafio será o de direcionar políticas públicas para trabalhar fatores como produtividade, inovação, regulação, ambiente de negócios, infraestrutura e num contexto de economia fiscal, de modo a elevar a confiança da economia privada, de empresas e consumidores.

Se recessão é uma palavra forte, como o sr. definiria a situação atual? Estagnação?

Apenas baixo crescimento, ao menos durante o período de acomodação dos efeitos financeiros e fiscais de crise. Há certa ansiedade nesses países, pois há muito crescimento na Ásia e, em menor escala, no Brasil.

Em termos históricos essa recessão seria comparável à recessão de 29 ou à do final do século 19, que resultou no declínio da Grã-Bretanha e na ascensão dos EUA e da Alemanha?

A crise de 1929 é uma fonte inesgotável de lições, e o presidente do FED [banco central americano], que é um historiador que conhece o assunto, tratou muito bem de evitar os erros daquele tempo, especialmente no terreno da política monetária. Acho meio exagerado falar da decadência dos EUA como potência econômica.

Vivemos o estouro de várias bolhas? Há quem afirme que a crise desses dias é a prova do fracasso neoliberal. É? Não vejo bolha nenhuma, muito menos fracasso neoliberal. É preciso olhar a situação com frieza, sem preconceitos ideológicos: o que estamos vivendo é o esgotamento do crescimento do Estado nas grandes democracias ocidentais, e mais o Japão, onde os níveis de endividamento público ultrapassaram medidas habitualmente aceitas de responsabilidade fiscal.

O mal-estar é causado pelo fato de que há déficits e dívidas enormes. Os gastos públicos têm que cair. Em cada sociedade há um grupo, como o Tea Party, que vai se opor ao aumento de impostos. O enredo do impasse americano é global, e, por isso mesmo, foi tão impactante. É uma prévia do que vai ser visto em muitos países. É como se fosse o fim de uma era de keynesianismo fácil, onde tudo sempre se resolve com o gasto público, socializando perdas, ou acomodando sucessivas e inesgotáveis "conquistas", e coalizões cada vez

maiores. Essa paralisação fiscal-financeira do Estado representa novo desafio, talvez início de um novo tempo.

Politicamente, quais serão os efeitos da decisão da S&P e todo o enrosco de Obama com o Congresso? A China já está reclamando.

Acho que o impacto pode até ser positivo, na medida em que mobiliza energias políticas para a busca de soluções. A China é um capítulo à parte, pois não tem os problemas fiscais próprios das democracias ocidentais por uma razão simples e óbvia: não é uma democracia. Para ser, e evitar uma primavera que pode ser tumultuada, teria que alterar muito de suas instituições ligadas ao mercado de trabalho e à seguridade social. O fato é que a China tem sido a fonte de um discurso meio vigarista sobre o "fracasso do modelo liberal" que na verdade é uma velha cantilena sobre a ineficiência da democracia.

Como o sr. avalia a fragilidade de economias como Itália e França? Como está a saúde financeira dos bancos europeus?

O temor alcança todos, e por isso era bom ficarmos nós, aqui no Brasil, bem quietos e prudentes, pois os nossos números fiscais não estão muito diferentes daqueles dos países com problemas. Nesses episódios de elevação da aversão ao risco, os mercados ficam procurando os países e as empresas fragilizados.

A situação dos bancos europeus terá impacto no Brasil?

Se aparecer algum grande problema bancário europeu, certamente terá efeitos por toda parte. Mas hoje não há clareza sobre isso.

Alguns analistas têm receio do excessivo endividamento privado brasileiro no exterior. Uma virada no câmbio poderia colocar empresas sob risco. O sr. compartilha desse temor?

Não compartilho. Acho que o volume não é muito grande, e as empresas sabem fazer hedge. A medida descabida foi o IOF [Imposto sobre Operações Financeiras] sobre derivativos que torna o hedge mais caro para as empresas. O tema do momento é outro: dívida pública. E o que me preocupa no Brasil é o governo achar que tudo está bem nesse terreno, e que o rebaixamento americano seria como uma promoção para nós. Nada mais perigoso.

Qual deve ser o impacto na taxa de juros, no câmbio e no crescimento?

Os impactos sobre o Brasil estão ainda indefinidos. As pressões sobre a Bolsa são meio exageradas e fazem as

empresas brasileiras ficarem muito baratas relativamente a seus resultados. A oportunidade para comprar parece-me clara.

O sr. prevê novos rebaixamentos de países pelas agências de risco?

É provável, ao menos pela S&P, pois, ao alterar a classificação do país, geralmente se alteraram as de todas as empresas ali sediadas. Será interessante verificar se esse protocolo será obedecido dessa vez. Parece que a S&P não tinha muita ideia do tamanho da dificuldade que criou para si. E a impressão que tenho é que o próximo assunto é a Europa, pois é onde estão os maiores problemas de dívida soberana.

O que aconteceu nos últimos dias é uma tragédia inesperada ou é algo de dimensão menor? A recuperação vai demorar mais?

A natureza do problema não me parece ser a de um problema agudo, como o pânico bancário provocado por uma sucessão de bancos quebrando como em meados de 2008. Mas de um peso, que dobrou de tamanho em dois anos, que os governos terão que carregar por um bom tempo. É a exaustão fiscal global.

Alguns mais fracos, os Piigs [Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha], estão com dificuldades, e mesmo nos países mais sólidos as pessoas estão debatendo sobre como distribuir o peso e os sacrifícios.

É uma espécie de marcha forçada, onde será preciso algum tempo para diminuir o peso e ajustar as contas, na qual pode acontecer algum incidente, é claro. Os EUA estão fazendo a sua parte. Talvez amanhã [hoje], por curioso que pareça, as pessoas voltem seus olhos para Itália e Espanha. Na verdade, os assuntos das conversas no âmbito do G7 e de bancos centrais da Europa não serão muito relacionados aos EUA, mas à blindagem da Europa.

O que o sr. recomendará aos clientes? Onde investir? Ouro? Ativos reais?

Depende de cada caso. E o nosso perfil é de investidor de longo prazo, e a receita para esse tipo de investidor é contrária ao comportamento da "manada". A oportunidade que se apresenta é a de comprar ações de boas empresas que subitamente se tornaram baratas.

RAIO-X

GUSTAVO FRANCO, 55

ORIGEM

Rio de Janeiro (RJ)

CARGO

Estrategista-chefe da Rio Bravo Investimentos

CARREIRA

Foi presidente do BC (1997-1999). Participou da formulação do Plano Real

FORMAÇÃO

É bacharel (1979) e mestre (1982) em economia pela PUC do Rio e doutor pela Harvard University (1986)

Frases

"Cresce a consciência de que teremos uma marcha lenta no Primeiro Mundo em razão da necessidade de corrigir os excessos fiscais. Não há espaço para políticas keynesianas de gasto nem para redução dos juros"

"O tema do momento é outro: dívida pública. E o que me preocupa no **Brasil** é o governo achar que tudo está bem nesse terreno, e que o rebaixamento americano seria como uma promoção para nós. Nada mais perigoso"

	VEÍCULO AGÊNCIA SENADO	EDITORIA	
	TÍTULO Subcomissão debate <u>desenvolvimento</u> das áreas de fronteira		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Com audiência pública agendada para terça-feira (9), a Subcomissão Permanente da **Amazônia** e da Faixa de Fronteira realizará sua sétima reunião, ouvindo especialistas sobre o tema "**Desenvolvimento** econômico e social na faixa de fronteiras".

Os debatedores convidados são Djalma Bezerra Mello, **Superintendente** de **Desenvolvimento** da **Amazônia** (Sudam); Flávia Bárbara Grosso, coordenadora de estudos econômicos e empresariais da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**; Oduval Lobato Neto, gerente-executivo de gestão de programas governamentais do Banco da **Amazônia**; Luciano Coutinho, presidente do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**);

Wagner de Siqueira Pinto, gerente-executivo da Unidade de **Desenvolvimento** Sustentável do Banco do Brasil; Jorge Fontes Hereda, presidente da Caixa Econômica Federal; e Willy Ludec, representante dos agricultores brasileiros no Paraguai.

A Subcomissão Permanente da **Amazônia** e da Faixa de Fronteira, criada em substituição à Subcomissão da **Amazônia**, funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e é presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O ciclo de audiências públicas segue o plano de trabalho aprovado pela subcomissão para o biênio 2011-2012. Nas três audiências públicas anteriores foi discutido o tema "Fronteiras e segurança nacional".

	VEÍCULO AGÊNCIA SENADO		EDITORIA
	TÍTULO Zona Franca vai receber incentivos para produção de bens de informática		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O senador Eduardo Braga, do PMDB do **Amazonas**, informou ao Plenário do Senado que as empresas da **Zona Franca** de **Manaus** que produzirem equipamentos como notebooks, netbooks, desktops, tablets e modems voltados para programas de inclusão digital poderão ter isenção fiscal de até cem por cento do Imposto de Renda. Também segundo ele, essa é a primeira vez, desde que a Lei de Informática foi sancionada, há dez anos, que a **Zona Franca** de **Manaus** pode conceder incentivos fiscais para produtos de informática. (EB) A medida representará uma sensível redução dos preços

desses equipamentos ao consumidor brasileiro, barateando o custo de sua utilização nos programas de inclusão digital em implantação pelo Governo, principalmente nas regiões menos desenvolvidas e mais remotas do País, como a **Amazônia** e em especial o meu Estado, o **Amazonas**. (LB) A Medida Provisória com incentivos fiscais para a **produção** de bens de informática na **Zona Franca** de **Manaus** é a de número 540. Será examinada primeiro pelos deputados e se aprovada naquela Casa seguirá para o Senado.

Larissa Bortoni.

	VEÍCULO JORNAL DO COMMERCIO-RJ	EDITORIA	
	TÍTULO O mago do milagre brasileiro critica juros altos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ele é gordo, tem ar professoral, é irônico e foi ministro durante o regime militar. Entrou para a História do Brasil quando comandou o que foi chamado de “o milagre brasileiro”, período em que o País progrediu com uma infraestrutura que até hoje traz resultados. Itaipu, Embraer, Infraero, rodovias, ponte Rio-Niterói, Zona Franca de Manaus e outros avanços foram realizados entre 1964 e 1985. Talvez por linhas tortas, dirão muitos, contrários ao período. Porém, realizações aconteceram, malgrado a repressão, que se condena. Economista, Delfim Netto foi ministro da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura – Plante que o João Garante – a frase símbolo da campanha quando João Figueiredo era presidente. Com 83 anos, Delfim Netto afirma que o juro alto e não apenas o câmbio é o grande problema do País. E a frase “fazer o bolo para depois distribuir” Delfim Netto debita como uma invenção do então presidente Fernando Henrique Cardoso e não dele. “É lenda urbana enraizada quando FHC pensava que era socialista”, brinca.

Delfim não se preocupa muito com um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) feito à custa de juros elevados, forçando um PIB de 4,5% ainda em 2011. Mas ele apoia as medidas da equipe econômica e ensina que elas não têm muitas novidades, “até porque o mercado financeiro não se autorregula, como alguns vendem como verdade absoluta. O fato é que dar emprego para todos os brasileiros deve ser uma obsessão e não aumentar os juros e os lucros dos bancos”. Delfim Netto dá a receita mais acadiana para diminuir os juros, ou seja, cortar a dívida pública. “A nossa taxa real de

juros é quatro vezes maior do que a do país que vem em segundo lugar. Em 2011, o governo gastará R\$ 180 bilhões, ou 5% do PIB, no serviço da sua dívida. É escandaloso”. Também pede planejamento para 20 anos ou mais.

Mesmo afirmando que Fernando Henrique (FHC) foi um bom presidente, Delfim Netto elogia Lula da Silva. Para ele, o Brasil tem hoje uma classe emergente com um desejo “hiperbólico” de consumo. “Lula da Silva fez uma revolução no País. Conseguiu aperfeiçoar o governo que recebeu de FHC e adicionou uma boa pitada para construir uma sociedade razoavelmente mais justa. Enquanto isso, Dilma Rousseff dá continuidade a esse plano, com uma melhoria na gestão pública. Mas o Congresso não pode atrapalhar”. Para Delfim Netto, o Brasil teve uma centralização política, mas jamais teve uma centralização econômica, o que fez falta. Para quem julga que 98% da economia se resumem à psicologia e os restantes 2% os economistas pensam que sabem, é importante o seu conselho: temos que pensar nos jovens que vêm aí e que precisarão de empregos. A participação nacional nas exportações mundiais passou de 1,1% no período 1980 a 1984 para 1,2% em 2008. No mesmo período, a Coreia evoluiu de 1,2% para 2,7% e a China de 1,1% para 9,1%. Sobre a atual taxa de câmbio, Delfim Netto concorda que a desvalorização do dólar se dá por causa do aumento de entrada de capital para o mercado financeiro. “Em termos de juros, o Brasil é o último peru com farofa disponível fora do dia de Ação de Graças”. Nada mal, nada mal, vindo de um expert em economia, em tempos de crise mundial.

	VEÍCULO REVISTA ISTO É	EDITORIA	
	TÍTULO Aprovado		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Manaus - A **Zona Franca** de **Manaus** ganhará investimentos de US\$ 620 milhões para projetos industriais e de serviços. A novidade resultará na criação de 3.497 empregos.



VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
TÍTULO Lupi vai apresentar no Senado programas do <u>Ministério</u> para 2012 e 2013		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, deve participar de audiência pública no Senado na quarta-feira (10), para apresentar as diretrizes e programas prioritários da pasta para 2012 e 2013.

O requerimento da audiência foi feito pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que tem interesse em saber qual a política do governo nos próximos anos para o Polo Industrial de **Manaus**.